

Geral

SAÚDE

SAÚDE: O SECRETÁRIO ERROU?

Relatório elaborado pelos próprios assessores de Pinotti apontam suas falhas na Secretaria de Saúde

Algumas medidas adotadas pelo secretário da Saúde José Aristodemio Pinotti ameaçam levar ao colapso a rede de serviços médicos e sanitários mantidos pelo poder público no Estado de São Paulo. Entre as medidas de maior impacto, destacam-se quatro: municipalização atabalhoada dos serviços de saúde, criação de superburocracia paralisante, falta de clareza nas diretrizes e comandos, além de um recurso apressado ao médico de família.

Quem chegou a essas conclusões foi um grupo de especialistas em saúde coletiva, que se reuniu no último fim de semana para analisar o sigiloso relatório final do Primeiro Seminário de Níveis Gerenciais. Promovido por Pinotti para avaliar o desempenho da Secretaria Estadual da Saúde, o encontro contou apenas com a participação dos assessores que gozam de sua confiança.

Durante três dias eles permaneceram confinados nas instalações do Novotel, em Campinas, onde moram Pinotti e a maioria de seus assessores diretos. Até ontem, nada havia vazado sobre as questões discutidas no Primeiro Seminário de Níveis Gerenciais, durante o qual os responsáveis pela Secretaria Estadual da Saúde fizeram uma dura autocrítica sobre seu desempenho.

Uma cópia do sigiloso relatório final chegou ao conhecimento de um repórter do JT, que convidou um grupo de técnicos em saúde coletiva para interpretar as informações estritamente confidenciais contidas no documento e conhecidas, em primeira mão, por Pinotti. O documento incorpora os resultados de 48 outros relatórios detalhados de oito equipes.

O texto do relatório final é extremamente conciso e, por isso, não permite que se tenha um conhecimento adequado de questões potencialmente "explosivas", narradas com abundância de detalhes nos 48 relatórios subscritos pelas oito equipes. Assim, entende-se que o secretário de Saúde tenha pedido aos assessores de confiança a máxima cautela na guarda dos relatórios.

Conduta autoritária

A municipalização dos serviços de saúde é reivindicada pelos defensores da reforma sanitária na Assembleia Nacional Constituinte. Ao assumir o cargo de secretário, Pinotti anunciou que o governador Orestes Quércia promoveria uma política municipalista, que consideraria prioritária a municipalização dos serviços de saúde, reduzindo a assistência prestada pelo governo federal e estadual.

Desde então, Pinotti começou a firmar convênios com prefeitos de cidades distantes, repassando-lhes recursos financeiros federais e estaduais em troca de serviços médicos e sanitários a serem prestados pelos municípios paulistas. Por intermédio dos convênios, estruturava-se ao mesmo tempo o sistema denominado Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), que passou a dispor regularmente de recursos financeiros repassados pelo governo federal mediante o Inamps.

Como explicam os especialistas em saúde coletiva, o novo sistema é descentralizado por transferir do governo federal e estadual para as administrações municipais a responsabilidade pela prestação de serviços médicos e sanitários. Obviamente, a transferência de responsabilidade não pode ser efetuada de modo improvisado, nem apressado, para evitar que fique comprometida a prestação dos serviços.

Apesar da descentralização, o sistema novo preconiza uma unificação gerencial sob a autoridade do secretário da Saúde, que passou a exercer funções antes atribuídas ao superintendente regional do Inamps. Isso contribuiu para reforçar o poder que Pinotti já detinha. Para os técnicos em saúde coletiva, o reforço de poder induziu o secretário da Saúde a adotar frequentemente conduta autoritária.

Isso aconteceu, por exemplo, no processo de municipalização incentivado por Pinotti, como salienta o sigiloso relatório final: "A municipalização total e rápida, em alguns locais, causou o sentimento de imposição. Deixou de ser algo desejável e resultou na elaboração apressada de planos não apoiados em discussão ampla e nas realidades locais. A avaliação dos planos sobrecarregou os Suds regionais, que não puderam assessorar adequadamente as reformulações e a implantação".

Para os autores do relatório confidencial, a falta de controle ameaça levar ao colapso todo o novo sistema: "Os cortes na alocação de recursos tanto pelos municípios quanto pelo Estado e pelo Inamps põem em risco não só a municipalização mas todo o sistema". Acrescenta ainda o documento que "faltam instrumentos de avaliação, gerando dificuldades no controle do uso dos recursos financeiros".

Há, porém, denúncias mais contundentes no relatório. Ai está um só exemplo: "As prefeituras, muitas vezes, não têm conseguido cumprir o previsto com sua contrapartida em recursos financeiros, embora existam casos em que a aplicação supere o estipulado". Mas os recursos financeiros são usados "muitas vezes para outros fins (não para saúde), enquanto os prefeitos reclamam de insuficiência na verba" para saúde.

Caos administrativo

Prevendo o início da campanha eleitoral para escolha de novos prefeitos em novembro próximo, os especialistas em saúde coletiva temem que as já inquietantes deficiências apontadas no sigiloso relatório final possam assumir proporções mais alarmantes à medida que se aproximarem as eleições municipais no Estado de São Paulo. A atual falta de controle poderá traduzir-se, para eles, em incentivo à corrupção.

Os técnicos em saúde coletiva julgam, porém, que o quadro até aqui esboçado se torna mais sombrio quando se examina a complicada superburocracia paralisante, que Pinotti pouco a pouco foi introduzin-

do na Secretaria Estadual da Saúde e gerando paralelismo com a confusa estrutura organizacional encontrada, ao assumir o cargo, há praticamente um ano e três meses.

Recordam os técnicos que o governador Franco Montoro, antecessor de Quércia, encerrou o período de seu mandato com uma reforma administrativa que criou, na Secretaria Estadual da Saúde, os Escritórios Regionais de Saúde (Ersas), um Centro de Vigilância Epidemiológica e um Centro de Vigilância Sanitária. Para adotar a nova estrutura,

porém, Montoro teve o cuidado de revogar a antiga.

Pinotti preferiu nada mudar da estrutura organizacional herdada de Montoro. Limitou-se a acrescentar, pouco a pouco, uma nova superestrutura que frequentemente entra em conflito com a antiga, gerando algo semelhante a um caos administrativo, como ressaltam os especialistas em saúde coletiva. Além disso, a superburocracia criada por Pinotti não tem o mínimo amparo legal, ao contrário da estrutura anterior.

A superburocracia de Pinotti exigiu a criação de 30 órgãos funcionais denominados Grupos Executivos de Programação (Gepros). Cada um deles pretende propor diretrizes destinadas à definição de políticas em setores específicos: saúde da mãe, saúde da criança, saúde do trabalhador, por exemplo. Vinculados ao gabinete do secretário da Saúde, os Gepros não são ainda entendidos por quem trabalha nas bases.

Confirmam os autores do relatório confidencial: "Existe alguma dificuldade para entender o papel e as

competências dos Gepros, para entender como os Gepros se inserem na estrutura do Suds, especialmente em termos de cadeia de comando. A atuação dos Gepros tem envolvido duplicidade de comando, confundindo as relações de poder entre as autoridades técnicas (Gepros) e as autoridades administrativas (Suds)".

Os autores do relatório chegam a denunciar: "Os programas elaborados pelos Gepros vêm de cima para baixo, não levando em consideração as necessidades e as diferenças

loais. Consequentemente, existe um desnível entre o que os Gepros propõem e a realidade sentida pelos Suds regionais" no Estado de São Paulo. Para os autores do documento, há falta de clareza nas diretrizes emanadas dos Gepros.

Por falta de tempo no último fim de semana, os especialistas em saúde coletiva não tiveram condições para emitir um parecer sobre outras deficiências que o texto do relatório sigiloso aponta no desempenho da Secretaria Estadual da Saúde, durante a gestão de Pinotti.

Demócrito Moura